

Tão cedo não haverá paz

Não param as tentativas de cessar-fogo e as chamadas à mesa das negociações: dos pacifistas do Ocidente aos Lulas do Sul Global. Todos se reclamam do realismo, mas todos se revelam irrealistas.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 31 de Maio de 2023

Ou eu muito me engano ou tão cedo não haverá paz. À medida que a guerra se prolonga, o sacrifício de vidas aumenta no campo militar e os mísseis russos continuam a destruir alvos civis, multiplicam-se os apelos à paz. Donald Trump acabava a guerra num dia. O plano de paz da China e o seu enviado especial, que são coisa mais séria, terão o tempo que for preciso. O certo é que de norte a sul, da esquerda à direita, não param as tentativas para um cessar-fogo e as chamadas à mesa das negociações: dos pacifistas do Ocidente aos Lulas do Sul Global. Todos se reclamam do realismo, mas todos se revelam irrealistas. E por uma simples razão: porque as negociações de paz são possíveis, não quando os candidatos a mediadores apelam, mas sim quando os beligerantes querem. E até hoje nem a Rússia nem a Ucrânia quiseram.

E não querem por boas razões. De natureza política e de natureza militar. De natureza militar, porque nem um ganhou nem o outro perdeu e ambos pensam que, ainda, podem ganhar. A Rússia convicta do poder dos números dos seus exércitos e da ameaça nuclear. A Ucrânia com o moral elevado de quem defende a identidade nacional e o solo pátrio e apoiada pela ajuda militar ocidental. E, mesmo que saibam que nenhuma terá uma vitória decisiva, ambas pensam que poderão conquistar uma vantagem militar no terreno que lhes permita ditar as condições da paz. Ou, pelo menos, a vantagem diplomática na mesa das negociações.

Mas sob as razões de natureza militar há, em ambos os casos, fortes razões de natureza política. No centro das quais está a questão territorial. Na Rússia, depois da anexação da Crimeia, em 2014, e do Donbass em 2022, os referendos realizados foram pretexto para a incorporação dos territórios anexados na ordem jurídica russa. A despeito da sua ilegalidade internacional, legitimaram internamente as anexações e a Constituição define os territórios ocupados como parte integrante do território russo. Por seu lado, também a Constituição da Ucrânia de 1996, fundada no Ato de Independência de 1991, considera o território “indivisível e inviolável” e, como é natural, não reconhece as anexações e considera a Crimeia e o Donbass como parte integrante do território ucraniano.

Dir-se-á que as constituições se revêem e é verdade. Mas o problema não é jurídico, é político. Porque para lá da Constituição está o poder político e o respetivo eleitorado. Inquéritos recentes mostram que na Ucrânia a esmagadora maioria da população, as forças políticas e a sociedade civil apoiam a restauração da integridade territorial. E a recusa da paz à custa de compensações territoriais cresce à medida que crescem as atrocidades russas.

Na Rússia, boa parte da população considera as anexações legítimas e legais, embora a situação seja mais complexa. Na Crimeia, onde se situa a base naval russa mais importante do Mar Negro e que é a estância turística tradicional das elites russas, os laços históricos e culturais são fortes e a anexação deu-se sem violência. Aí, o apoio é sólido e sem contestação. Ao contrário, depois de um ano e meio de guerra e do sacrifício de muitas vidas russas, menos expressivo e menos consensual é o apoio nos *oblasts* do Leste da Ucrânia.

Haverá, certamente, outras razões: para a Rússia, a importância geopolítica da continuidade geográfica entre o continente e a Crimeia ou a reconstituição da hegemonia imperial no espaço pós-soviético; para a Ucrânia, a sobrevivência como nação livre e independente. Mas para ambas o valor simbólico do território é fundamental. E é por isso que nem uma nem outra estão dispostas a conceder compensações territoriais pelo que qualquer cedência, do todo ou de parte, do território em disputa seria visto pelos respetivos eleitorados como uma derrota. A perda da face para o líder e, quiçá, a queda do regime. E é por isso que, por ora, a Rússia como a Ucrânia preferem o campo de batalha à mesa das negociações. Até que o resultado militar da guerra lhes permita impor as condições políticas da paz.

É claro que todos querem a paz, mas não a qualquer preço. E é a vítima e não o agressor quem deve ditar os termos da paz. Significa isto que criar agora a ilusão de que o cessar-fogo está próximo e a negociação será fácil só pode adiar e enfraquecer o apoio ocidental à Ucrânia. Mas pode, mais do que isso, contribuir para legitimar futuras alterações de fronteiras pelo uso da força e desvalorizar o direito internacional.

<https://www.publico.pt/2023/05/31/opiniao/opiniao/tao-cedo-nao-havera-paz-2051569>